

-----**ACTA Nº 19/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 JULHO DE 2009**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva e Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----Faltou a Senhora Vereadora Joana Vidinha por se encontrar de férias, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, que presidiu os trabalhos da presente reunião, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----o Senhor Vereador Francisco Maurício pediu o uso da palavra e disse: " Primeira questão, tem a ver com os recibos das Águas do Ribatejo, os munícipes estão a receber das Águas do Ribatejo uma factura respeitante a três dias de Maio. A apresentação das contas da água estão em atraso, o que é que se está a passar.---

-----Ao Senhor Vereador Pedro Ribeiro quero-lhe perguntar o que é que está a ser feito no plano de contingência nas escolas para prevenir a entrada do vírus da gripe A; -----

-----Tenho a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, datada de vinte e seis de Junho de dois mil e nove que passo a ler: Como foi do conhecimento público, aliás do qual o senhor presidente de câmara fez "eco", no levantamento de "falsas" questões que, quer em termos éticos, quer morais não

assentam muito bem, em alguém que exerce funções políticas e tem a obrigação de defender os interesses dos munícipes, porque entendi que as ilegalidades praticadas pelo presidente da câmara e quem o apoiou, não eram sequer "concebíveis" num regime democrático, recorri ao órgão próprio - os Tribunais - nos termos da Lei, para a reposição da legalidade, o que se torna muito difícil de entender e aceitar para quem "nunca tem cumprido qualquer Lei". - aliás como bem está expresso no Relatório Preliminar da IGAL.-----

-----Assim estou surpreendido, ou talvez não, tendo o Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal, já produzido a sentença sobre a acção administrativa especial que apresentei relativa a "pretensa aprovação da suspensão do Plano Director Municipal para a construção da "prisão do senhor presidente da câmara", com data de 26 de Junho de 2009, até hoje, julgo que o senhor presidente da câmara não terá recorrido desta sentença e por isso a mesma irá transitar em julgado, por isso é que muito "estranho que passado todos estes dias" ainda não tenha "noticiado" - será que foi um "esquecimento" do senhor vereador Pedro Ribeiro, que demonstra sempre uma verdadeira "veneração" a publicitar notícias que apenas existem no seu imaginário? Ou será que apenas se trata de "tentar" que nada se saiba, sobre a decisão do Tribunal?-----

-----Por isso irei fazer entrega da referida sentença, já que quem o devia legalmente fazer, mais um vez não cumpre a Lei, anotando as seguintes decisões do senhor Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal, sobre a declaração de NULIDADE da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de Almeirim de 6 de Outubro de 2008 sobre a "Ratificação da deliberação de pronúncia sobre a pretensão Governativa de proceder à 'suspensão parcial' do Plano Director Municipal de Almeirim", actos que, lamentavelmente, puseram em causa o bom nome do nosso Município.-----

-----1. Ao contrário do que pretendia o senhor presidente de câmara, aliás num grave atentado à liberdade e direitos dos que

exercem com honestidade, rigor e verdade a função autárquica, o senhor Juiz considerou que quem intentou a acção foi "o vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, Francisco Manuel Maurício do Rosário", considerando, dentro de toda a legalidade a minha legitimidade para intentar a referida acção. Como se pode verificar o senhor presidente da câmara e o senhor vereador Pedro Ribeiro perderam.-----

-----2. Quanto à ilegitimidade passiva que foi invocada, mais uma vez o senhor Juiz na referida sentença considerou LEGITIMA a minha acção e que as entidades demandadas " são o Município de Almeirim e contra interessados as pessoas colectivas públicas Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P e a Freguesia de Fazendas de Almeirim", mais uma vez perderam, erraram, foram derrotados nas suas intenções, quer senhor presidente da câmara, quer os senhores advogados, quanto terão custado aos munícipes?-----

-----3. Quanto à inimpugnabilidade das deliberações impugnadas, isto é o senhor afirmava que eu não podia intentar a acção anulatória, apesar das ILEGALIDADES cometidas, mais uma vez também perdeu, o JUIZ considerou na sua sentença que foram praticados actos administrativos e portanto os mesmos podem ser objecto da impugnação judicial. Mais uma vez o senhor foi derrotado, perdeu, mas não se inibiu de utilizar dinheiros dos munícipes de Almeirim para satisfazer as suas " vaidades " pessoais."-----

-----Às quinze horas e dez minutos entrou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos."-----

-----O Autarca orador continuou o seu discurso:-----

-----"4. No seu DESPACHO SANEADOR o Juiz decidiu sobre todas as questões apresentadas e da sua competência, dar como PROVADOS todos os factos que apresentei (dou aqui como reproduzidos todos os pontos constantes da sentença, 1. Factos provados pág 4 a 6), mais uma vez o senhor foi "derrotado" e censurado na sua acção

ilegal.-----

-----5. Por último, sendo como bem sabíamos os actos ilegais praticados nas referidas reuniões de câmara, e portanto uma decisão administrativa preliminar, não deixa no entanto o senhor Juiz de considerar que os mesmos devem ser objecto de censura política, e que as ILEGALIDADES PROCEDIMENTAIS praticadas devem e podem ser apreciadas na impugnação do ACTO FINAL, que como deve saber foi a RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS, o que já foi feito, tendo já também o Governo sido citado pelo Supremo Tribunal Administrativo para anulação da mesma, dado que esta foi fundamentada nas diversas ILEGALIDADES COMETIDAS pelo senhor presidente de câmara. -----

-----6. Mas ao contrário do que possa julgar, estes procedimentos não terminam hoje aqui com a minha entrega da sentença e dos documentos do respectivo apoio judiciário, há agora que determinar os graves prejuízos e quem foram ou são os seus responsáveis, provocados no nosso Concelho por estas actividades ilegais.-----

-----Há que assumir responsabilidades não só políticas, mas também pelo atraso e pobreza criada em Almeirim, pela inépcia e incompetência na gestão das políticas municipais. Na VERDADE os senhores foram DERROTADOS nas vossas intenções, mas não podem deixar de ser RESPONSABILIZADOS pelo despesismo e má utilização dos dinheiros públicos municipais.-----

-----A reconstrução de um Concelho saudável onde o bem estar da população tem de estar no centro de todas as decisões políticas em obediência ao interesse dos munícipes não se coaduna com actos desta natureza, os senhores provocaram danos irreparáveis a Almeirim e por isso devem ser responsabilizados."-----

-----De referir que o Senhor Vereador me deu cópia da intervenção que acabou de proferir, a qual transcrevi para a acta, tendo entregue aos Vereadores interessados, cópia da sentença.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: "Em primeiro lugar não quero deixar de manifestar a minha manifestação de apreço

pela pronúncia do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, tornada pública pelo Vereador Francisco Maurício. Queria ainda acrescentar que este negócio da prisão do PS em Almeirim, foi toda ela uma história conturbada e um verdadeiro tiro no pé para os seus mentores. Gostaria de acrescentar, para além da sentença do Tribunal, acresce ainda o facto do "negócio" estar a correr mal ao governo visto que após concurso lançado para a obra, as propostas apresentadas irem muito acima dos cinquenta milhões de euros anunciados pelo governo. Posso dizer que caso a "prisão de Almeirim" irá para a frente ficará tão emblemática para o governo de Sócrates como o Centro Cultural de Belém ficou para o governo de Cavaco e isto tudo sem os proveitos culturais para o País que tem o CCB. Não é por acaso que após as idas às comissões parlamentares dos membros do governo, por iniciativa dos Verdes, há alguns meses a esta parte um "estranho silêncio" tenha recaído sobre este assunto.-----

-----Em relação à factura da água, eu queria colocar a mesma pergunta que o Vereador Francisco Maurício.-----

-----Reitero uma pergunta já colocada por mil vezes a este executivo, é a ausência da tomada de medidas nas entradas das garagens do prédio Alfa, deve-se ao facto dos elementos do PS a tempo inteiro neste executivo considerarem que estas entradas, colocadas indevidamente no domínio público, não consubstanciam perigo para as crianças e adultos.?"-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:"quero congratular o Vereador Francisco Maurício pela sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. Penso que é um passo para aquilo que todos vimos a defender, parece que lutámos quando os factos relatados em todo este processo são bastante claros, quanto ao desfecho final que este processo irá ter, parece-me que não vamos ter a construção do estabelecimento prisional de Lisboa e Vale do Tejo no Conselho de Almeirim.-----

-----Segundo, congratulo pelo facto do vereador Francisco Maurício ter sido considerado parte legítima na acção especial de impugnação da deliberação camarária, porque vem esclarecer de

uma vez por todas que o Vereador em causa deveria ter desde o início apoio judiciário como manda a Lei e que foi intencionalmente negado através de parecer que não merece comentários. O único comentário que posso fazer à população de Almeirim é de que o primeiro acto que farei se for eleito Presidente de Câmara é a resolução do contrato de avença com o Senhor Doutor Victor Batista.-----

-----Terceira, esta acção administrativa especial tem, a meu ver, elementos que deverão levar o PS a reflectir: se efectivamente pretendem avançar com uma obra que apenas trás a destruição ecológica e a descaracterização sociológica daquele local, quando a meu ver há elementos suficientes para após onze de Outubro acabar de uma vez por todas com todo este processo.--

-----Gostaria também de falar da campanha eleitoral, eu acho completamente vergonhoso a Câmara Municipal utilizar dinheiros públicos para andar a promover obras que ainda não foram construídas, nem aprovadas, vejamos: na Praça Lourenço de Carvalho foi colocado um out door a promover o início das obras, o que demonstra que a Câmara gasta dinheiro em divulgação de acções que o objectivo é meramente eleitoralista. Não consigo perceber porque razão o PS disseminou de uma forma patológica pelo Concelho de Almeirim obras da Câmara as quais na maioria ainda não passaram do papel. De facto o cartaz do PS "Nós Fazemos" tem a brilhante capacidade de promover obras virtuais."

-----Relativamente à questão levantada pelo Senhor Vereador Francisco Maurício, sobre os recibos de água da empresa Águas do Ribatejo, o Senhor Presidente, depois de ter confirmado com a empresa, esclareceu que, houve uma leitura geral no dia três de Maio e que a factura se referia a esse espaço de tempo, entre o dia um de Maio, altura em que a empresa tomou conta das águas e o dia três de Maio, data da leitura referida. Mais informou que a empresa se responsabiliza a fazer nos meses seguintes um acerto, mas de forma a não prejudicar os consumidores.-----

-----O Senhor Presidente distribuiu por todo o Executivo cópia da acta de treze de Julho do corrente ano, para posterior

consideração.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**4- OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais, referente aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Jorge Manuel Prata Oliveira, dez A de dois mil e seis; Ana Rita Florêncio Caniço, cinquenta e nove de dois mil e oito, CACER - CRL, sessenta e um e Joaquim Manuel Mota M. Silva Ribeiro, ambos de dois mil e nove.-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----MINUTA DE CONTRATO PARA O CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO - O Senhor Presidente apresentou a informação da Chefe de Repartição, Senhora D^a Graciete Romão, que a seguir se transcreve: "Contrato Público para empreitada - Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho - preço, oitocentos e trinta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e trinta e sete cêntimos. -----

-----Nos termos do Artigo noventa e oito número dois do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, a minuta do contrato escrito deve ser aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.-----

-----A competência do órgão, Câmara, é conferida, conforme dispõe o Artigo 18º nº 1-b) do Decreto-Lei nº 197/99, de oito de Junho, para contratos sem limite de valor.-----

-----Em cumprimento da legislação invocada, em anexo apresento a Minuta de Contrato proposta para a empreitada em epígrafe, solicitando a Deliberação que a Exm^a Câmara entenda por conveniente.-----

-----Nesta data foi enviada a mesma minuta ao adjudicatário

IBERSILVA, S.A.U. - Sucursal em Portugal."-----

-----Acompanha a informação a minuta do contrato referente à adjudicação da empreitada de Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho.-----

-----Posta a votação a minuta acima referida, a mesma foi aprovada por quatro votos a favor dos Senhores Presidente, Vice-Presidente, Vereadores José Carlos Silva e Pedro Pisco dos Santos, e os votos contra e dos Senhores Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " Voto contra e faço voto de vencido este contrato para a Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho por várias razões, por discordar do momento onde a obra avança, sem que tenham sido criadas condições alternativas para o estacionamento, o que por certo irá contribuir para agravar em muito a grave crise que o pequeno comércio local atravessa;-----

-----Segundo, porque discordo da localização do parque infantil no projecto de requalificação do parque e tendo logo no início solicitado que o projecto fosse alterado no sentido de retirar o parque infantil de onde está previsto ficar localizado, segundo o out door colocado no parque, ou o parque foi alterado e a informação que ali consta está errada, ou não alteraram a localização do parque e esta é com certeza um verdadeiro perigo para as crianças. Em qualquer dos casos este "pequeno" pormenor do parque infantil é um bom exemplo do desleixo, da forma de trabalhar deste Executivo e das empresas que contratam e também é verdade se o parque infantil mudar de lugar não é ao PS que as crianças poderão agradecer.-----

-----Terceiro - A terceira questão que me leva a votar contra é o custo previsto da obra, que é francamente excessivo para o que está em causa, e para além disso considero que a alteração do preço base após o concurso lançado, tal como aconteceu, é irregular.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Em consonância com todas as minhas posições

anteriores, voto contra e faço voto de vencido. Não posso tolerar mais este capricho do Senhor Presidente da Câmara. Lamento o dinheiro gasto em publicidade caríssima na Praça Lourenço Carvalho em campanha eleitoral encapotada, que tanta falta faz, por exemplo no apoio efectivo às colectividades."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Votei a favor porque considero esta obra é necessária para a requalificação daquele espaço e as explicações que foram prestadas levaram-me a crer que o processo está em conformidade com a lei. O facto de ter aprovado a requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, não me inibe de manifestar o meu repúdio pela instalação de um mamarracho que apenas serve para os fins eleitorais do PS. Certamente que no cartaz deve constar "Nós Fazemos obra". Apesar do PSD ter votado favoravelmente a requalificação nunca iria alinhar neste tipo de manifestações que não abonam a favor da imagem dos políticos deste Concelho."-----

-----o Senhor Presidente referiu: " A alteração do preço base de um concurso é obrigatória sempre na análise dos erros e omissões a que a legislação actualmente em vigor obriga e se justifica por aceitação do projectista. Foi o que se passou neste concurso e se passará em todos em cumprimento da lei."-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA 2009/2010 - Foi presente a proposta do Senhor Vereador José Carlos da Silva, como segue: " Atendendo às dificuldades que as colectividades atravessam;-----

-----Atendendo ao contributo dotadas para o desenvolvimento e preservação sócio-cultural no concelho;-----

-----Atendendo ao facto de que, nalguns casos, o apoio do município não tem sido revisto e/ou actualizado;-----

-----Proponho ao Executivo a aprovação da proposta de subsídio para a época dois mil e nove/dois mil e dez."-----

-----A proposta é relativa aos subsídios Culturais; Recreativos e Sociais, que se transcreve:-----

Entidade	Valor	Mensal	Anual
Banda Marcial de Almeirim	1.500,00€		X
Orfeão de Almeirim	1.200,00€		X
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Velhas Guardas de Almeirim	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Adulto de Fazendas de Almeirim	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Velhas Guardas de Fazendas de Almeirim	1.100,00€		X
Rancho Folclórico “Os Camponeses da Raposa”	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Infantil “Os Camponeses da Raposa”	1.100,00€		X
Rancho Folclórico de Paço dos Negros	1.100,00€		X
Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo	1.100,00€		X
Rancho Folclórico Infantil de Benfica do Ribatejo	1.100,00€		X
Lar do Centro Paroquial	1.870,50€		X
Lar S. João Batista	1.870,50€		X
Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Almeirim	1.000,00€		X
Grupo de Dadores Benévolos de Sangue de Benfica do Ribatejo	1.000,00€		X
Os Maduros do Folclore dos Cortiços	1.100,00€		X
Confraria Gastronómica de Almeirim	1.100,00€		X
Associação Recreativa e Cultural Ribatejana – Marchas de Benfica	500,00€		X

PROTOCOLOS	Valor	Mensal	Anual
Orfeão de Almeirim	500,00€	12 meses	
Banda Marcial de Almeirim	1.200,00€	12 meses	
Grupo de Teatro da Banda Marcial de Almeirim	500,00€	12 meses	
Grupo de Dança e Dramatização “Arco Íris” - CRIAL	150,00€	12 meses	

-----Foi também presente a proposta do Senhor Vice Presidente para atribuição dos subsídios para a época dois mil e nove/dois mil e dez, às colectividades desportivas do Concelho, como a seguir se indica: “Proposta de Subsídios para Época dois mil e nove/dois mil e dez - De um de Outubro a trinta de Setembro de dois mil e dez:-----

-----União Futebol Clube de Almeirim, Secção de Futebol Juvenil - quatro mil cento e quarenta e dois euros - valor mensal; Secção de Karaté, quinhentos euros, valor anual; Hóquei Clube "Os Tigres" - Secção de Hóquei Juvenil e Patinagem, três mil euros, valor mensal; Secção de Pesca, quinhentos euros, valor anual; Associação Desportiva Fazendense - Secção de Futebol Juvenil, quatro mil cento e quarenta e dois euros, valor mensal, Secção de Veteranos, quinhentos euros, valor anual; Associação de 20 Km de Almeirim - Secção de Atletismo, novecentos euros, valor mensal, Secção de Cicloturismo, quinhentos euros, valor anual, Secção de Orientação quinhentos euros, valor anual, Secção de Petanca quinhentos euros, valor anual, Secção de Karaté, quinhentos euros, valor anual, secção de Andebol, mil trezentos e cinquenta euros, subsidio mensal, Secção de Natação, mil e quinhentos euros, subsidio mensal, Secção de Ténis, setecentos euros, subsídio mensal; Secção de desportos de Montanha, quinhentos euros subsídios anuais; CADCA - Secções de Taekwando, Danças, Karaté, Muay Thai, Capoeira e Aeromodelismo, quinhentos euros anuais a cada secção. Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paços dos Negros: Secção de Futebol (Inatel), trezentos euros mensais, Secção de Karaté, quinhentos euros anuais, Secção de Futsal, mil euros anuais, Secção de Pesca Desportiva, quinhentos euros anuais; Associação Desportiva e Recreativa de Marianos e Murta, trezentos euros mensais; Grupo desportivo Raposense, trezentos euros mensais; BTT Os Tigres do Pedal - Raposa, quinhentos euros anuais; Associação Columbófila de Almeirim, quinhentos e cinquenta euros anuais; União de Veteranos de Almeirim, quinhentos e cinquenta euros anuais; União de Veteranos de Almeirim Futsal, mil euros anuais; Clube de Amadores de Pesca do Ribatejo, quinhentos euros anuais; Corpo Nacional de Escutas de Almeirim, mil euros anuais; Corpo Nacional de Escutas de Benfica mil euros anuais; Corpo Nacional de Escutas de Fazendas, mil euros anuais; Associação dos Amigos de Atletismo de Fazendas cem euros mensais; Ciclo Ases-Grupo de Cicloturismo Fazendas quinhentos euros anuais; Centro Karaté

Amicale Almeirim, quinhentos euros anuais; Escola Futebol Katring Associação -Futebol Juvenil dois mil euros mensais; Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo (Inatel) trezentos euros mensais; Sociedade Columbófila de Benfica do Ribatejo quinhentos e cinquenta euros anuais; Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo (Futebol Juvenil) duzentos euros mensais.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, referiu que a Autarquia deveria de ter um regulamento de subsídios às colectividades de Concelho. Acrescentou, que as propostas agora apresentadas deveriam ser acompanhadas de um documento mais detalhado onde constasse o subsidio atribuído o ano passado e qual a percentagem que receberiam a mais este ano.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que fez esse trabalho e todos os Ranchos Folclóricos aumentaram mais cem euros. Acrescenta: "Não me parece que seja um aumento disparatado. O valor total dos subsídios a atribuir é de cinquenta mil trezentos e quarenta e um euros, nos subsídios culturais, à dois anos, o valor foi de trinta e sete mil duzentos e cinquenta e um euros. Estes cerca de cinquenta mil euros são zero virgula cinco do orçamento em despesas correntes."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se havia algum problema especial para algumas das colectividades não terem sofrido aumento dos subsídios em relação aos anos anteriores.---

-----O Senhor Vereador José Carlos referiu: " o que a Vereadora não sabe, é que eu senti as dificuldades que os Ranchos e o Orfeão tiveram, as restantes, não manifestaram qualquer necessidade mais momentânea. Por exemplo, o Maestro da Banda Marcial, paga do seu bolso a alguns músicos, quando quer dar um concerto melhor."-----

-----Face às explicações do Senhor Vereador José Carlos a Vereadora Manuela Cunha referiu: "Tenho a dizer o seguinte: O Vereador abriu logo como sempre, com uma constatação e cito: 'O que a Vereadora não sabe'. Sobre isto tenho a dizer que de facto tanto eu como os meus colegas que não são eleitos pelo PS, muito

pouco sabemos, porque muito nos é omitido, e o que sabemos, devemos-lo às populações ou entidades que vêm ter connosco e não ao cumprimento do dever de informação a que o PS está obrigado e a que temos legitimamente direito. Mas ainda, relativamente às palavras do Senhor Vereador José Carlos, gostaria de dizer mais, é que o salário de um Vereador a tempo inteiro, julgo eu, ser suficientemente estimulante para que quando não vêm ter com ele, tome ele a iniciativa em sentido contrário, sobre tudo quando tem um carro da Câmara à sua disposição, mas caso não se queira incomodar também pode utilizar o telefone ou o telemóvel, pago pela Câmara. Para concluir, sobre esta matéria, diria que tudo isto vem ilustrar aquele celebre ditado que diz: "quem não pede não houve Deus"-----

-----O Senhor Vereador José Carlos disse: "A Senhora Vereadora Manuela Cunha e a propósito de ditos populares é uma mulher azeda, dúvida de tudo e de todos, até dela própria, e como diz o povo: 'quem não se fia não é de fiar' e quando algum dia a Senhora Vereadora tiver categoria para agradar à população de Almeirim, será certamente eleita, e então pode deixar de lado esta inveja que demonstrou agora."-----

-----Posta à votação as duas propostas acima indicadas, foram ambas aprovadas por unanimidade.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " Voto favoravelmente a atribuição de subsídios às Associações Desportivas Culturais e Recreativas e Sociais do Concelho, tal como sempre fiz, por considerar que estas prestam um enorme serviço para o bem estar da população. No entanto não deixo de lamentar que estou a chegar ao fim de dois mandatos sem nunca ter visto concretizada uma deliberação proposta por mim e aprovada por todo o executivo no mandato de dois mil e um/dois mil e cinco, relativa à elaboração do regulamento para atribuição dos subsídios. Lamento o facto da falta de critérios para a atribuição claros, se tenha mantido ao longo deste dois mandatos, o que me leva, por exemplo a questionar porque é que o Orfeão de Almeirim, associação que

muito prezo, é-lhe atribuído, cinco mil e cem euros mensais e aos ranchos folclóricos mil e cem euros. Será porque os materiais são mais caros, será que tem mais adeptos, será que tem mais deslocações, será que a população que abrange é socialmente mais debilitada? Perguntas às quais ficarei sem respostas, mas para as quais tenho algumas opiniões e com certeza que a população de Almeirim também terá e poderá opinar quando forem publicados graças à minha intervenção e luta neste Executivo, a publicação dos subsídios nos jornais, tal como manda a lei. Resta-me relembrar que mesmo assim, a lei não está a ser cumprida e a publicação não está a ser feita de forma anual, como deveria, mas em partes dificultando deliberadamente a capacidade das populações de controlarem plenamente a atribuição destes subsídios."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Voto favoravelmente estes dois pontos da Ordem de Trabalhos, mas não posso deixar de notar: Meio por cento do orçamento para despesas correntes é exageradamente insuficiente. As Instituições e a Cultura de Almeirim mereciam muito mais. A discricionariedade, ausência de Regulamento que propus - é a característica principal desta proposta, dois virgula quatro por cento do orçamento para as despesas correntes no apoio às Colectividades desportivas é irrisório para quem diz apoiar efectivamente as modalidades desportivas do Concelho. A falta de critério e a recusa em ter um regulamento, para aproveitar o facto como suposta promoção pessoal, é atentório da inteligência dos dirigentes desportivos do nosso Concelho e não os honra nem respeita."-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Os subsídios agora aprovados são aquilo que é possível no contexto actual, sendo que a Autarquia ao longo do ano está sempre disponível para apoiar financeira e logisticamente as actividades que vão sendo realizadas e felizmente são muitas. É no entanto com perplexidade que assisto a declarações de voto de

alguém que tendo tido responsabilidades directas nestas duas áreas, nada fez para mudar este panorama tão desastroso."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " Votei a favor da atribuição dos subsídios às Associações Desportivas Culturais Recreativas e Sociais do Concelho de Almeirim porque entendo que as divergências particulares existentes nesta matéria não poderão de forma alguma inviabilizar o funcionamento e a actividade diária de todos aqueles que de forma voluntária colaboraram com as associações. Para o PSD não deixa de ser curioso que algumas associações de fins sociais, não tenham merecido um apoio mais elevado e outras que não figuram nesta relação de associações. Para o PSD é essencial a aprovação de um regulamento que defina de forma objectiva e clara os pressupostos requisitos e condições de atribuição de subsídios de forma a reduzir dúvidas, relativamente à adopção de critérios de igualdade e de imparcialidade da análise dos pedidos efectuados ao Município.--

-----De um modo global, considero que os valores propostos são equilibrados e ajustados à realidade do nosso Concelho, apesar desta despesa representar vinte e quatro e meio por cento do orçamento da Câmara. Se concordo com a atribuição de subsídios, em todo caso em algumas situações deveria figurar a existência de contra partidas que se poderiam materializar em voluntariado em favor da comunidade. Por fim, resta referir que gostaria que as associações ou instituições com fins sociais tivessem tido, a titulo excepcional, o incremento orçamental adicional."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor por se tratar da atribuição de subsídios para ajudar a custear meras despesas de funcionamento. Referir a fraca percentagem do orçamento, é uma falsa questão na medida em que se analisar-mos os documentos de prestação de contas, verificamos que o montante das ajudas às instituições culturais e desportivas, atingem valores que ultrapassam os da maioria das Câmaras do país, e a Câmara ainda presta outras ajudas não contabilizadas, como por exemplo a utilização do pavilhão, cine-

teatro, a cedência de palcos, tasquinhas, etc."-----

-----RECTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE COMPRA DO TERRENO PARA A
CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Foi
presente a proposta de deliberação como segue: "Considerando
que: por escritura de dezanove de Dezembro de dois mil e sete,
lavrada de folhas noventa e um do Livro de Notas número quarenta
e oito do seu Notário Privativo, o Município de Almeirim
adquiriu aos herdeiros de Guilherme Botas um prédio urbano que
se descreveu como composto de lote de terreno para construção
com quatro mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados,
descritos na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o
número quatro mil e trinta e oito da Freguesia de Fazendas de
Almeirim e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia
sob o artigo P cinco mil seiscentos e trinta;-----

-----Na realidade, o que o Município efectivamente adquiriu, a
título oneroso, foi uma parcela de terreno com três mil
quinhentos e setenta metros quadrados pelo preço de duzentos e
dezanove mil, quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta
cêntimos, que foi incluída no lote de terreno supra
identificado;-----

-----Foi aproveitada a oportunidade de realização da escritura
supra referida para formalizar uma doação de uma parcela de
terreno, contigua à adquirida, com setecentos e cinquenta e
cinco metros quadrados efectuada pelo falecido Guilherme Botas
ao Município, há cerca de vinte anos;-----

-----Se optou pela realização de uma única escritura, como se de
um único acto se tratasse, como forma imediata de ultrapassar a
proibição da realização de mais de um destaque constante do
número seis do artigo sexto do RJUE;-----

-----A opção pela celebração de uma escritura de compra e venda,
incluindo não apenas a parcela efectivamente vendida mas também
a doada, acarretou para os vendedores a sujeição a imposto
relativamente a quantias que na realidade não receberam;-----

-----É de elementar justiça que os vendedores não sejam prejudicados e que para esse efeitos é necessário proceder à rectificação da escritura de compra e venda, fazendo-a corresponder, na medida do possível, à realidade negocial subjacente;-----

-----Essa alteração da escritura impõe a alteração das deliberações camarárias de seis de Outubro de dois mil e oito e de dois de Dezembro de dois mil e oito.-----

-----Proponho:-----

-----Um - Que seja autorizada a rectificação da escritura de compra e venda celebrada a dezanove de Dezembro de dois mil e oito a folhas noventa e um do Livro de Notas número quarenta e oito do Notário Privativo do Município de modo a dela passar a constar que o prédio identificado adquirido pelo Município foi transmitido ao Município nos seguintes moldes:-----

-----a) que os herdeiros de Guilherme Botas venderam ao Município a fracção de trezentos e cinquenta e sete, quatrocentos e trinta avos (357/430) indivisos do prédio descrito na CRP sob o número quatro mil e trinta e oito/Fazendas de Almeirim, pelo preço de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos;-----

-----b) que os mesmos herdeiros formalizam a doação ao Município da fracção de setenta e três, quatrocentos e trinta avos (73/430) indivisos do prédio identificado, doação a que atribuem o valor de quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros e cinquenta cêntimos;-----

-----c) que o valor total da escritura passe a ser de duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros;----

-----Que, em conformidade, sejam alteradas as deliberações de câmara de seis de Outubro de dois mil e oito e de dois de Dezembro de dois mil e oito, pelas quais se autorizou o Município a efectuar a aquisição do lote de terreno com quatro mil trezentos e vinte e cinco metros quadrados, passando essas autorizações a constar nos termos das alíneas a) a c) do ponto anterior".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu: "Peço a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos por não nos ter sido enviado o documento, isto é, a proposta de deliberação não acompanhou a Ordem de Trabalhos desta reunião. Nunca a Ordem de Trabalhos nos chegou com um dia de atraso em relação à data normal da reunião, que será ontem nem com o pedido de adiamento da reunião para hoje que chegou posteriormente. Mais, o documento que acaba de nos ser entregue na reunião para hoje. Mais, o documento que acaba de nos ser entregue na reunião de Câmara não tem 'responsável', visto que não vem assinado, é uma proposta do 'zé ninguém'. Parece-me que qualquer documento aqui entregue tem que ser assumido por alguém. Para além disto a matéria sobre a qual nos pedem de deliberar é matéria delicada do ponto de vista jurídico e temos todo o direito de ter tempo de a analisar com calma e inclusive de recorrermos a ajuda jurídica se assim o entendermos. Relembro ainda que aquando na anterior deliberação sobre esta matéria, deliberação que nos pedem agora de alterar, fiz voto de vencido, exactamente por haver uma falta de clareza entre a área doada e a área adquirida. Considero que não há agora condições para deliberar e peço a retirada do ponto para a próxima reunião."-----O Vereador Francisco Maurício subscreve na generalidade a proposta da Senhora Vereadora Manuela Cunha.--
-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, subscreve no essencial a proposta da Senhora Vereadora Manuela Cunha, e gostaria ainda de solicitar o seguinte documento para efectuar uma análise jurídica ao pretendido pelo Senhor Presidente: Cópia da escritura anterior, que se pretende rectificar.-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha subscreve este pedido.-----O Senhor Presidente propôs a continuidade do ponto, na medida em que a família tem obrigações a cumprir e que aproximando-se o período de férias, nomeadamente dos Serviços de Notariado, o adiamento do ponto pode trazer notórios inconvenientes. E acrescentou: "Esta proposta não invalida o pedido apresentado pelo Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos para que lhe seja fornecida a escritura anterior."---

-----O Senhor Vereador José Carlos disse: "Apesar de não terem vindo os documentos referidos na Ordem de Trabalhos e só os ter lido agora, aceito a continuidade do ponto face às explicações do Senhor Presidente que me pareceram claríssimas, não preciso de mais nada para votar a favor."-----

-----O Senhor Presidente disse: "Posto isto há duas propostas a votação, a da Senhora Vereadora Manuela Cunha para adiamento do ponto e a de votar a presente proposta."-----

-----A Senhora Vereadora disse: "Fique claro que a lei garante aos Vereadores, o direito de acesso aos documentos e deliberações com o devido prazo. Esta matéria não tem urgência nenhuma, visto que a matéria que está a ser tratada foi por mim levantada aquando da deliberação tomada. Por isso em meu nome e em nome dos Vereadores do PSD e Francisco Maurício vamos retirar-nos."-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos saíram os Senhores Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício.-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos foi encerrada a reunião por falta de quórum, conforme previsto no artigo 89º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com as alterações que lhe confere a Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E
eu,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

-----Presidente da Câmara, A Assistente Administrativa
